



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# 8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

NOVA FRIBURGO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2023 -

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **1) A respeito da disciplina da Administração Pública na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:**

- a) É ilícita acumulação de cargos públicos, em qualquer hipótese.
- b) Devem ser preenchidos cargos em comissão, nos casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até 4 (quatro) anos, independentemente de prorrogação.
- e) Todos os cargos e empregos públicos, independentemente da natureza, são preenchidos por meio e concurso público.

### **2) Segundo o Sistema Tributário Nacional, disposto na Constituição de 1988:**

- a) Contribuição para o custeio do serviço iluminação pública é tributo de competência estadual.
- b) Imposto sobre produtos industrializados é tributo de competência estadual.
- c) Todos os entes da federação podem instituir taxas, desde que se refiram a serviço público ou exercício de poder de polícia de competência do respectivo ente.
- d) Imposto sobre propriedade de veículos automotores é tributo de competência municipal.
- e) Imposto sobre transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos é tributo de competência federal.

### **3) A Constituição de 1988 pode ser emendada:**

- a) Por proposta de iniciativa de qualquer parlamentar.
- b) Na constância de intervenção federal, mas não de Estado de Defesa.
- c) Por proposta de iniciativa do Vice-Presidente da República.
- d) Com vistas a instituir Estado unitário.
- e) Por proposta de iniciativa de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

### **4) Sobre o controle de constitucionalidade das leis e atos do poder público, segundo a doutrina e jurisprudência majoritárias, é possível afirmar:**

- a) É possível o controle de constitucionalidade de leis municipais, perante o Tribunal de Justiça, por meio de representação de inconstitucionalidade, tendo como parâmetro a Lei Orgânica do Município.
- b) Dado que as leis são presumivelmente constitucionais, somente é viável a utilização dos instrumentos de controle de constitucionalidade com pedido final de declaração de inconstitucionalidade.
- c) Cabe exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal controlar a constitucionalidade das leis e atos do poder público.
- d) É cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental contra lei federal que tenha sido editada anteriormente à Constituição de 1988.
- e) Somente atos normativos podem ser objeto de controle.

### **5) Sobre as competências legislativas previstas na Constituição de 1988, é incorreto afirmar:**

- a) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre serviço postal.
- c) No exercício de competência legislativa concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- d) Em matéria de competência concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário e financeiro.

**6) Segundo a Constituição de 1988, no que se refere aos Estados, é possível afirmar:**

- a) Há um rol expresso de competências reservadas aos Estados, tal como ocorre com os Municípios e a União.
- b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, o serviço público de coleta de esgoto e distribuição de água.
- c) Somente de forma direta pelos Estados será prestado o serviço local de gás canalizado.
- d) Os Estados poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- e) São bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive as decorrentes de obras da União.

**7) Assinale a alternativa que não contém uma das hipóteses de intervenção federal:**

- a) Desrespeito à lei orçamentária
- b) Ameaça à integridade nacional
- c) Grave comprometimento da ordem pública
- d) Negativa, pelo Estado, de execução de lei federal, ordem ou decisão judicial
- e) Suspensão, pelo Estado, do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior

**8) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. No âmbito estadual, em atuação análoga, pode-se afirmar, com relação aos Tribunais de Contas dos Estados:**

- a) Fazem parte do Poder Judiciário.
- b) Podem sustar atos do poder público.
- c) Perante os Tribunais de Contas, oficiam membros dos Ministérios Públicos dos Estados.
- d) Decisão de Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo.
- e) São integrados por juízes de carreira, aprovados em concurso público.

**9) Sabe-se que o Presidente da República é substituído, nos impedimentos, e sucedido, no caso de vaga, pelo Vice-Presidente. Nesse contexto, é incorreto afirmar:**

- a) Segundo a disciplina hoje constante da Constituição, o mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- e) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

**10) No que se refere à disciplina constitucional do Poder Judiciário, é correto afirmar:**

- a) Os juízes gozam de estabilidade, após o exercício do cargo por 3 (três) anos, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, mas não autonomia financeira.
- c) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- d) Por ato administrativo da presidência, os Tribunais têm a prerrogativa de dispor sobre o subsídio de seus membros.
- e) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

## DIREITO CIVIL

11) Sobre a personalidade civil da pessoa, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção **CORRETA**.

I – O nascituro tem direito de receber doação, herança e de ser curatelado;

II – Não se exige autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes);

III – Cessa, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Nenhuma alternativa está correta.

12) Quanto às pessoas jurídicas, todas as alternativas abaixo são corretas, **EXCETO**:

- a) associação;
- b) sociedade;
- c) fundo de investimento;
- d) organização religiosa;
- e) partido político.

13) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção **CORRETA**.

I – De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, existem atualmente duas teorias sobre a desconsideração da personalidade jurídica: a teoria maior e a teoria menor;

II – Pela teoria menor, admite-se a desconsideração da personalidade jurídica quando restar comprovado que a pessoa jurídica foi utilizada com o propósito de lesar credores e para prática de atos ilícitos de qualquer natureza ou que há confusão patrimonial;

III – A desconsideração da personalidade jurídica se aplica exclusivamente às sociedades empresárias.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Apenas a afirmação I está correta;
- e) Nenhuma alternativa está correta.

14) Assinale a alternativa que, de acordo com o Código Civil, **NÃO** pode constituir fim de fundação:

- a) segurança pública;
- b) educação;
- c) atividade religiosa;
- d) cultura;
- e) segurança alimentar

15) Sobre domicílio é **CORRETO** afirmar que:

- a) domicílio e residência são institutos jurídicos equivalentes;
- b) residência da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece o seu domicílio com ânimo definitivo;
- c) o domicílio do Estado do Rio de Janeiro é o Município do Rio de Janeiro;
- d) O preso não tem domicílio;
- e) o domicílio da sociedade empresária é obrigatoriamente o lugar onde funciona sua administração.

**16) Acerca da prescrição, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção CORRETA.**

**I - o prazo prescricional para a pretensão executória é único e o ajuizamento de execução da obrigação de fazer não interrompe o prazo para a propositura da execução que visa ao cumprimento da obrigação de pagar;**

**II – o prazo de prescrição da execução de título executivo judicial é o mesmo da ação principal;**

**III - o ajuizamento de ação declaratória de inexigibilidade dos débitos pelo devedor não interrompe o prazo prescricional, quando já tiver havido anterior interrupção pelo protesto das duplicatas.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Nenhuma alternativa está correta.

**17) A respeito da prescrição da pretensão de ressarcimento, pelo Estado, de danos ao erário, é CORRETO afirmar:**

a) É imprescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil;

b) O prazo de prescrição da ação de reparação de danos ao erário é de vinte anos;

c) O prazo de prescrição da ação de reparação de danos ao erário é de cinco anos;

d) a imprescritibilidade a que se refere o art. 37, § 5º, da CF diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos praticados por qualquer agente, servidor ou não, tipificados como ilícitos de improbidade administrativa ou como ilícitos penais;

e) o prazo para ajuizamento da ação de reparação de danos contra à Fazenda Pública decai em três anos.

**18) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas;

b) as praças são bens dominicais;

c) os bens de uso especial são alienáveis;

d) os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião;

e) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retributivo, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

**19) Acerca do negócio jurídico, assinale a opção CORRETA:**

a) a incapacidade do agente pode ser suprida pelas partes;

b) a não observância da forma prescrita em lei se constitui em mera irregularidade, devendo, sempre que possível, se aproveitar o ato;

c) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir, entre outros critérios, o sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas de mercados relativas ao tipo de negócio;

d) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

e) A nulidade do negócio jurídico simulado se estende ao que se dissimulou, ainda se válido for na substância e na forma.

**20) Acerca da sociedade limitada, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção CORRETA.**

**I - Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, independentemente da integralização do capital social.**

**II – A sociedade limitada rege-se supletivamente pelas normas da sociedade simples, independentemente do que dispuser o contrato social.**

**III – Admite-se que o sócio contribua com a prestação de serviços para a formação do capital social.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;

- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Nenhuma alternativa está correta.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**21) É de competência do Supremo Tribunal Federal, exceto:**

- a) Julgar recurso extraordinário quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
- b) Mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado;
- c) As causas e os conflitos entre Estados;
- d) Litígio entre Estado estrangeiro e a União;
- e) A ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

**22) Você, enquanto Procurador do Estado, se depara com decisão monocrática do Relator julgando procedente mandado de segurança impetrado em virtude de ato atribuído ao Governador. Qual o recurso cabível?**

- a) Recurso especial;
- b) Recurso extraordinário;
- c) Recurso ordinário;
- d) Agravo interno;
- e) Nenhuma das opções anteriores.

**23) Você, na qualidade de Procurador do Estado, apresenta contestação na qual, dentre outras matérias, argui a ilegitimidade passiva e a prescrição. O Juízo, em decisão interlocutória, rejeita a preliminar e a questão prejudicial. Quais as providências a serem tomadas?**

- a) Interpor agravo de instrumento quanto à decisão que rejeitou a prescrição e arguir a ilegitimidade passiva como preliminar de eventual apelação;
- b) Interpor agravo de instrumento quanto à rejeição da ilegitimidade passiva e arguir a prescrição em eventual apelação;
- c) Interpor agravo de instrumento fundamentado tanto na prescrição quanto na ilegitimidade passiva;
- d) Arguir ambas as matérias em eventual apelação;
- e) Nenhuma das anteriores.

**24) Determinada ação transita em julgado contrariamente ao Estado em 11 de junho de 2018. Em 04 de dezembro de 2022 advém decisão do Supremo Tribunal Federal que, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, reconhece a incompatibilidade de lei sobre a qual se fundou o julgado em face da Constituição da República. Qual a providência a ser tomada na presente data?**

- a) Ajuizar ação rescisória;
- b) Arguir a inexigibilidade do título executivo judicial em impugnação ao cumprimento da sentença;
- c) Arguir a inexigibilidade do título executivo judicial em embargos à execução;
- d) Ajuizar ação anulatória;
- e) Nenhuma das opções anteriores.

**25) Assinale a opção falsa:**

- a) A incompetência absoluta poderá ser conhecida de ofício;
- b) A competência territorial poderá ser prorrogada caso não haja arguição da parte interessada;
- c) A incompetência territorial somente poderá ser arguida em preliminar de contestação;
- d) A competência relativa poderá ser modificada em virtude da conexão e da continência;
- e) Os efeitos da decisão concessiva da tutela provisória cessam imediatamente em virtude do reconhecimento da incompetência do Juízo.

**26) Não é recurso previsto no Código de Processo Civil:**

- a) Agravo de instrumento;
- b) Apelação;
- c) Embargos infringentes;
- d) Embargos de declaração;
- e) Recurso ordinário.

**27) Recurso extraordinário interposto pelo Estado teve seu seguimento negado em virtude da ausência de repercussão geral e foi inadmitido por suposta ausência de prequestionamento. Qual a providência a ser tomada?**

- a) Interpor apenas agravo em recurso extraordinário;
- b) Interpor apenas agravo interno;
- c) Interpor agravo interno relativamente à inadmissão por ausência de prequestionamento e agravo em recurso extraordinário quanto à negativa de seguimento por ausência de repercussão geral;
- d) Interpor agravo interno em virtude da negativa de seguimento por ausência de repercussão geral e agravo em recurso extraordinário quanto à inadmissão por ausência de prequestionamento;
- e) Nenhuma das anteriores.

**28) Não constitui matéria cognoscível de ofício em qualquer grau de jurisdição:**

- a) A litispendência;
- b) A coisa julgada;
- c) A ilegitimidade passiva;
- d) A inépcia da petição inicial;
- e) A existência de convenção de arbitragem.

**29) Assinale a opção falsa quanto ao cumprimento da sentença:**

- a) O prazo para a apresentação de impugnação por sociedade de economia mista estadual é de 30 (trinta) dias-úteis;
- b) O prazo para a apresentação de impugnação por autarquia é de 30 (trinta) dias-úteis;
- c) A decisão que acata parcialmente a impugnação ao cumprimento da sentença tem natureza interlocutória;
- d) Da decisão que reduz o montante em cobrança cabe agravo de instrumento;
- e) Da decisão que reconhece a inexigibilidade do título executivo judicial cabe apelação.

**30) É admissível o chamamento ao processo:**

- a) Dos devedores solidários, quando o credor exigir a dívida de um ou de alguns deles;
- b) Ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;
- c) Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo;
- d) Ao terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes;
- e) À pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada em demandas cuja matéria seja relevante ou específica ou, ainda, que gerem repercussão social.